Medida Provisória n° 1382, de 2026

Autoria: Presidência da República

Iniciativa:

Ementa:

Altera a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, para autorizar a União a aumentar a sua participação no Fundo Garantidor para Investimentos - FGI; altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para autorizar a União a aumentar a sua participação no Fundo Garantidor de Operações - FGO; altera a Medida Provisória nº 1.373, de 29 de junho de 2026, para autorizar a combinação de recursos das instituições financeiras habilitadas com os destinados pela União, para viabilizar as operações de crédito no âmbito do Programa Extraordinário de Reequilíbrio Financeiro de Tomadores de Crédito Adimplentes - Desenrola Adimplentes; altera a Medida Provisória nº 1.355, de 4 de maio de 2026, para ampliar o prazo de execução das ações de educação financeira adotadas pelas instituições financeiras participantes do Programa Extraordinário de Reequilíbrio Financeiro das Famílias - Novo Desenrola Brasil; e altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e a Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023, para dispor sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida.

Assunto: Economia e Desenvolvimento - Sistema Financeiro Nacional

Data de Leitura: -

Em tramitação

Decisão: -

Destino: -

Último local: 17/09/2026 - Comissão Mista da Medida Provisória n° 1382, de 2026

Último estado: 11/08/2026 - AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

Matérias Relacionadas:

Medida Provisória nº 1350 de 2026

Despacho:

05/08/2026

Designação de Comissão de MPV

Análise - Tramitação sucessiva, Instrução da matéria

(CN-CMMPV 1382/2026) Comissão Mista da Medida Provisória n° 1382, de 2026

TRAMITAÇÃO

17/09/2026 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Prorrogação do prazo para Deliberação da Medida Provisória nº 1.382, de 2026, por 60 dias. Data final após prorrogação: 28/11/2026.
Motivação: ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 95, DE 2026.

11/08/2026 CMMPV 1382/2026 - Comissão Mista da Medida Provisória n° 1382, de 2026

Situação: AGUARDANDO INSTALAÇÃO DA COMISSÃO

TRAMITAÇÃO

Ação: Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 10 emendas à Medida Provisória, de autoria dos Senhores Parlamentares: Deputado Federal Pedro Westphalen (PP/RS) 001; Deputado Federal Milton Vieira (REPUBLICANOS/SP) 002; Deputado Federal João Cury (MDB/SP) 003; 004; 005; Senador Rogerio Marinho (PL/RN) 006; Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF) 007; 008; 009; Deputado Federal Toninho Wandscheer (/PR) 010.
As emendas serão publicadas no Diário do Congresso Nacional no dia 13/08/2026.

Publicado no DCN Páginas 670-699 - DCN nº 30

05/08/2026 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Situação: MATÉRIA DESPACHADA

Ação: Designada, em 5 de agosto de 2026, a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.
A composição da Comissão Mista será publicada no Diário do Congresso Nacional de 06/08/2026 e na Ordem do Dia do Congresso Nacional. O calendário de tramitação da Medida Provisória está publicado na página de tramitação da matéria.
Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados (§7º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN).

Publicado no DCN Páginas 8-12 - DCN nº 29

03/08/2026 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO MEMBROS COMISSÃO

Ação: Calendário de tramitação da Medida Provisória:

- Deliberação da Medida Provisória: de 01/08/2026 a 29/09/2026
- Apresentação de Emendas à Medida Provisória: de 01/08/2026 a 10/08/2026 (Res. 1/2002-CN)
- Prazo na comissão: *
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 15/09/2026 (46º dia)

* A Comissão Mista deve, obrigatoriamente, emitir parecer antes de a matéria ser submetida aos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (art. 62, § 9º - CF / Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 - DOU de 16/03/2012)

* As emendas poderão ser enviadas pelo sistema até as 23h59 do dia 10/08/2026.

* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.

01/08/2026 Mesa - Mesa Diretora do Congresso Nacional

Ação: Publicada no DOU de 01/08/2026, Edição Extra C, nas páginas 1 a 2, a Medida Provisória 1382/2026.

Publicado no DOU Páginas 1-2 Edição Extra (nº C)

DOCUMENTOS

MPV 1382/2026

Data: 01/08/2026

Autor: Presidência da República

Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, para autorizar a União a aumentar a sua participação no Fundo Garantidor para Investimentos - FGI; altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para autorizar a União a aumentar a sua participação no Fundo Garantidor de Operações - FGO; altera a Medida Provisória nº 1.373, de 29 de junho de 2026, para autorizar a combinação de recursos das instituições financeiras habilitadas com os destinados pela União, para viabilizar as operações de crédito no âmbito do Programa Extraordinário de Reequilíbrio Financeiro de Tomadores de Crédito Adimplentes - Desenrola Adimplentes; altera a Medida Provisória nº 1.355, de 4 de maio de 2026, para ampliar o prazo de execução das ações de educação financeira adotadas pelas instituições financeiras participantes do Programa Extraordinário de Reequilíbrio Financeiro das Famílias - Novo Desenrola Brasil; e altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e a Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023, para dispor sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida.

DOCUMENTOS

Avulso inicial da matéria

Data: 01/08/2026
Autor: Senado Federal
Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional
Ação Legislativa: Publicada no DOU de 01/08/2026, Edição Extra C, nas páginas 1 a 2, a Medida Provisória 1382/2026.
Descrição/Ementa: -

Quadro Comparativo

Data: 01/08/2026
Autor: Congresso Nacional
Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional
Ação Legislativa: Publicada no DOU de 01/08/2026, Edição Extra C, nas páginas 1 a 2, a Medida Provisória 1382/2026.
Descrição/Ementa: Comparação entre o texto original da MPV e a legislação alterada.

Calendário

Data: 03/08/2026
Autor: Congresso Nacional
Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional
Ação Legislativa: Calendário de tramitação da Medida Provisória:

- Deliberação da Medida Provisória: de 01/08/2026 a 29/09/2026
- Apresentação de Emendas à Medida Provisória: de 01/08/2026 a 10/08/2026 (Res. 1/2002-CN)
- Prazo na comissão: *
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: 15/09/2026 (46º dia)

* A Comissão Mista deve, obrigatoriamente, emitir parecer antes de a matéria ser submetida aos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (art. 62, § 9º - CF / Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.029 - DOU de 16/03/2012)

* As emendas poderão ser enviadas pelo sistema até as 23h59 do dia 10/08/2026.

* O prazo de emendas é prorrogado até o próximo dia útil quando o prazo final recai em sábado, domingo ou feriado.

EMENDA 1 - MPV 1382/2026

Data: 04/08/2026
Autor: Deputado Federal Pedro Westphalen (PP/RS)
Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1382, de 2026
Descrição/Ementa: Acrescente-se art. 1º-1 ao Capítulo I da Medida Provisória, com a seguinte redação:

Ofício

Data: 05/08/2026
Autor: Presidente do Congresso Nacional
Local: Mesa Diretora do Congresso Nacional
Ação Legislativa: Designada, em 5 de agosto de 2026, a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria.
A composição da Comissão Mista será publicada no Diário do Congresso Nacional de 06/08/2026 e na Ordem do Dia do Congresso Nacional. O calendário de tramitação da Medida Provisória está publicado na página de tramitação da matéria.
Será feita a comunicação à Câmara dos Deputados (§7º do art. 2º da Resolução nº 1 de 2002-CN).
Descrição/Ementa: OFÍCIO Nº 112/2026 - SLCN, de 18/8/2026, que comunica à Câmara dos Deputados as designações das Comissões Mistas e os calendários de tramitação das Medidas Provisórias nºs 1.373, 1.374, 1.375, 1.376, 1.379 e 1.382, de 2026.

DOCUMENTOS

EMENDA 2 - MPV 1382/2026

Data: 10/08/2026

Autor: Deputado Federal Milton Vieira (REPUBLICANOS/SP)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1382, de 2026

Descrição/Ementa: "§ Na hipótese de desistência da contratação ou de negativa definitiva de financiamento por motivo não imputável ao beneficiário, será assegurada a restituição integral dos valores eventualmente pagos a título de entrada, sinal ou reserva da unidade habitacional, observado o prazo máximo de 30 (trinta) dias, ressalvadas as despesas expressamente previstas em contrato e devidamente comprovadas."

EMENDA 3 - MPV 1382/2026

Data: 10/08/2026

Autor: Deputado Federal João Cury (MDB/SP)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1382, de 2026

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, para autorizar a União a aumentar a sua participação no Fundo Garantidor para Investimentos - FGI; altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para autorizar a União a aumentar a sua participação no Fundo Garantidor de Operações - FGO; altera a Medida Provisória nº 1.373, de 29 de junho de 2026, para autorizar a combinação de recursos das instituições financeiras habilitadas com os destinados pela União, para viabilizar as operações de crédito no âmbito do Programa Extraordinário de Reequilíbrio Financeiro de Tomadores de Crédito Adimplentes - Desenrola Adimplentes; altera a Medida Provisória nº 1.355, de 4 de maio de 2026, para ampliar o prazo de execução das ações de educação financeira adotadas pelas instituições financeiras participantes do Programa Extraordinário de Reequilíbrio Financeiro das Famílias - Novo Desenrola Brasil; e altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e a Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023, para dispor sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida.

EMENDA 4 - MPV 1382/2026

Data: 10/08/2026

Autor: Deputado Federal João Cury (MDB/SP)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1382, de 2026

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, para autorizar a União a aumentar a sua participação no Fundo Garantidor para Investimentos - FGI; altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para autorizar a União a aumentar a sua participação no Fundo Garantidor de Operações - FGO; altera a Medida Provisória nº 1.373, de 29 de junho de 2026, para autorizar a combinação de recursos das instituições financeiras habilitadas com os destinados pela União, para viabilizar as operações de crédito no âmbito do Programa Extraordinário de Reequilíbrio Financeiro de Tomadores de Crédito Adimplentes - Desenrola Adimplentes; altera a Medida Provisória nº 1.355, de 4 de maio de 2026, para ampliar o prazo de execução das ações de educação financeira adotadas pelas instituições financeiras participantes do Programa Extraordinário de Reequilíbrio Financeiro das Famílias - Novo Desenrola Brasil; e altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e a Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023, para dispor sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida.

EMENDA 5 - MPV 1382/2026

Data: 10/08/2026

Autor: Deputado Federal João Cury (MDB/SP)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1382, de 2026

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, para autorizar a União a aumentar a sua participação no Fundo Garantidor para Investimentos - FGI; altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para autorizar a União a aumentar a sua participação no Fundo Garantidor de Operações - FGO; altera a Medida Provisória nº 1.373, de 29 de junho de 2026, para autorizar a combinação de recursos das instituições financeiras habilitadas com os destinados pela União, para viabilizar as operações de crédito no âmbito do Programa Extraordinário de Reequilíbrio Financeiro de Tomadores de Crédito Adimplentes - Desenrola Adimplentes; altera a Medida Provisória nº 1.355, de 4 de maio de 2026, para ampliar o prazo de execução das ações de educação financeira adotadas pelas instituições financeiras participantes do Programa Extraordinário de Reequilíbrio Financeiro das Famílias - Novo Desenrola Brasil; e altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e a Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023, para dispor sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida.

EMENDA 6 - MPV 1382/2026

DOCUMENTOS

Data: 10/08/2026

Autor: Senador Rogerio Marinho (PL/RN)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1382, de 2026

Descrição/Ementa: Emenda à MPV 1382/2026 - supressiva

EMENDA 7 - MPV 1382/2026

Data: 10/08/2026

Autor: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1382, de 2026

Descrição/Ementa: Emenda - MPV 1382 - aumento da participação da União no FGI

EMENDA 8 - MPV 1382/2026

Data: 10/08/2026

Autor: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1382, de 2026

Descrição/Ementa: Emenda MPV 1382 - integralização adicional de cotas

---

EMENDA 9 - MPV 1382/2026

Data: 10/08/2026

Autor: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1382, de 2026

Descrição/Ementa: Emenda - MPV 1382 - diminuir a gastança

EMENDA 10 - MPV 1382/2026

Data: 10/08/2026

Autor: Deputado Federal Toninho Wandscheer (/PR)

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1382, de 2026

Descrição/Ementa: Altera a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, para autorizar a União a aumentar a sua participação no Fundo Garantidor para Investimentos - FGI; altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para autorizar a União a aumentar a sua participação no Fundo Garantidor de Operações - FGO; altera a Medida Provisória nº 1.373, de 29 de junho de 2026, para autorizar a combinação de recursos das instituições financeiras habilitadas com os destinados pela União, para viabilizar as operações de crédito no âmbito do Programa Extraordinário de Reequilíbrio Financeiro de Tomadores de Crédito Adimplentes - Desenrola Adimplentes; altera a Medida Provisória nº 1.355, de 4 de maio de 2026, para ampliar o prazo de execução das ações de educação financeira adotadas pelas instituições financeiras participantes do Programa Extraordinário de Reequilíbrio Financeiro das Famílias - Novo Desenrola Brasil; e altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e a Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023, para dispor sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida.

Avulso de emendas

Data: 11/08/2026

Autor: Senado Federal

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1382, de 2026

Ação Legislativa: Encerrado o prazo regimental, foram apresentadas 10 emendas à Medida Provisória, de autoria dos Senhores Parlamentares: Deputado Federal Pedro Westphalen (PP/RS) 001; Deputado Federal Milton Vieira (REPUBLICANOS/SP) 002; Deputado Federal João Cury (MDB/SP) 003; 004; 005; Senador Rogerio Marinho (PL/RN) 006; Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS/DF) 007; 008; 009; Deputado Federal Toninho Wandscheer (/PR) 010.
As emendas serão publicadas no Diário do Congresso Nacional no dia 13/08/2026.

DOCUMENTOS

Descrição/Ementa: -

Nota Técnica

Data: 11/08/2026

Autor: Câmara dos Deputados

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1382, de 2026

Descrição/Ementa: Nota Técnica de Adequação Orçamentária e Financeira da MPV 1382/2026

ATCN 95/2026

Data: 14/09/2026

Autor: Presidente da Mesa do Congresso Nacional

Local: null

Descrição/Ementa: Prorroga o prazo de vigência da Medida Provisória nº 1382/2026 pelo período de sessenta dias.

Ofício

Data: 29/10/2026

Autor: Liderança de Partido

Local: Comissão Mista da Medida Provisória n° 1382, de 2026

Descrição/Ementa: Com os meus cumprimentos, indico a Vossa Excelência o nome do Deputado RICARDO MAIA - MDB para fins de designação ao cargo de Relator da Medida Provisória nº 1382/26, que “Altera a Lei nº 14.042, de 19 de agosto de 2020, para autorizar a União a aumentar a sua participação no Fundo Garantidor para Investimentos - FGI; altera a Lei nº 13.999, de 18 de maio de 2020, para autorizar a União a aumentar a sua participação no Fundo Garantidor de Operações - FGO; altera a Medida Provisória nº 1.373, de 29 de junho de 2026, para autorizar a combinação de recursos das instituições financeiras habilitadas com os destinados pela União, para viabilizar as operações de crédito no âmbito do Programa Extraordinário de Reequilíbrio Financeiro de Tomadores de Crédito Adimplentes - Desenrola Adimplentes; altera a Medida Provisória nº 1.355, de 4 de maio de 2026, para ampliar o prazo de execução das ações de educação financeira adotadas pelas instituições financeiras participantes do Programa Extraordinário de Reequilíbrio Financeiro das Famílias - Novo Desenrola Brasil; e altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e a Lei nº 14.620, de 13 de julho de 2023, para dispor sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida.” (Autorização para aumento da participação da União em fundos garantidores e alteração do Programa Minha Casa, Minha Vida).